



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE

Amanda de Paula Leite Holanda

TEMPOS E REFLEXÕES HISTÓRICOS ACERCA DO CONCEITO DE AUTISMO

Brasília
2023

Amanda de Paula Leite Holanda

TEMPOS E REFLEXÕES HISTÓRICAS ACERCA DO CONCEITO DE AUTISMO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção do
título de Licenciatura em Pedagogia pela
Faculdade de Educação da Universidade de
Brasília, sob orientação da Dra. Fátima
Lucília Vidal Rodrigues

Brasília
2023

Amanda de Paula Leite Holanda

TEMPOS E REFLEXÕES HISTÓRICOS ACERCA DO CONCEITO DE AUTISMO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob orientação da Dra. Fátima Lucília Vidal Rodrigues

Banca Examinadora:

Professora: Dra. Fátima Lucília Vidal Rodrigues (Orientadora) – TEF/FE/UnB

Professora: Dra. Daniela Barros Pontes e Silva – PPGE/ FE/ UnB

Professor: Dr. Saulo Pequeno Nogueira Florencio – TEF/FE/UnB

Brasília
2023

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que é o condutor da minha vida e sem Elenada seria possível. Sou grata a minha mãe que sempre apoiou e acreditou no meu potencial e nunca permitiu que desistisse dos meus sonhos. Agradeço, também ao meu tio Orlando por me apresentar o curso e passar todos os caminhos de pedras comigo, sem ele não teria chegado aqui.

Obrigada, a Universidade de Brasília, que mudou minha vida e se hoje sou essa mulher mais forte, empoderada e capaz de enfrentar desafios é graças a instituição. Agradeço o acolhimento, e por viabilizar minha formação. Minha eterna gratidão a Profa. Shirleide Cruz que abraçou meu pedido de outorga antecipada e me aceitou em seu grupo de orientandos, apesar de não ter finalizado o processo junto aos mesmo, vejo esta etapa com suma importância para minha jornada e a guardo com carinho nas lembranças.

A minha orientadora, Profa. Fátima Vidal que aceitou a proposta, mesmo com período curtíssimo e não deixou de me acolher, encorajar e incentivar neste processo. Aos meus colegas, que conheci nessa jornada e foram essenciais na minha permanência. Por fim, a todos que indiretamente participaram e me apoiaram neste processo.

Muito obrigada a todos!

Queremos uma pedagogia que, sem renunciar à exigência do rigor, admita a espontaneidade, o sentimento, a emoção, e aceite, como ponto de partida, o que eu chamaria de 'o aqui e o agora' perceptivo, histórico e social dos alunos.

Freire e Campos, 1991.

RESUMO

O presente artigo se constitui em um exercício de revisão de literatura acerca do processo de construção histórica do conceito de autismo. Essa pesquisa foi iniciada com o intuito de responder inquietações em relação a temática do autismo. Seu objetivo geral é investigar à luz das teorias como o conceito de autismo foi se construindo ao longo da história. Especificamente, objetivamos compreender os diferentes processos históricos que culminam no atual diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista e, acionar algumas teorias que constituíram de forma histórica e politicamente o conceito de autismo. Foram usados como fonte bibliográfica as plataformas CAPES e SCIELO, bases de dados de acesso livre e gratuito que reúnem os principais artigos sobre o tema em questão no Brasil. As palavras-chave utilizadas como descritores na busca foram “autismo e história”. O critério de inclusão foram artigos científicos, revisados por pares, no período de 2013 a 2023 e em língua portuguesa. A partir do estudo dos artigos encontrados foi possível categorizar em três tempos e compilar algumas contribuições encontradas, dando mais visibilidade ao tema, possibilitando maiores reflexões que contribuam para o entendimento do espectro autista.

Palavras-Chave: Autismo; conceito de autismo; revisão bibliográfica; processo histórico.

ABSTRACT

This article constitutes a literature review about the process of historical construction of the concept of autism. The research was initiated with the aim of answering concerns regarding the theme of autism. Its general objective is to investigate, in the light of theories, how the concept of autism has been constructed throughout history.

The specific objectives are: understand the different historical processes that culminate in the current diagnosis of the Autistic Spectrum Disorder and to trigger some theories that historically and politically constituted autism.

CAPES and SCIELO, free and open access databases that bring together the main articles on the subject in question in Brazil. The keywords used as descriptors in the search were “autism and history”. The analysis was given by scientific authors, reviewed by peers, in the period from 2013 to 2023. It is expected that this work will contribute to give visibility to the theme, dispelling misconceptions, allowing further reflection on the identification and care of these people in the different institutions that support autistic people.

Keywords: History, autism, literature, review

SUMÁRIO

PARTE I – MEMORIAL EDUCATIVO	9
PARTE II - TEMPOS E REFLEXÕES HISTÓRICOS ACERCA DO CONCEITO DE AUTISMO.....	12
1. INTRODUÇÃO.....	12
2. PRIMEIRO TEMPO: AUTISMO COMO SINTOMA DE ESQUIZOFRENIA.....	14
3. SEGUNDO TEMPO: AUTISMO COMO TRANSTORNO PERTENCENTE À DOENÇA MENTAL	15
4. TERCEIRO TEMPO: AUTISMO COMO TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS.....	31

PARTE I – MEMORIAL EDUCATIVO

Eu sou a Amanda Leite, nasci no dia 21 de janeiro de 2000, aquariana. Durante minha primeira infância meus pais mudaram para o Riacho Fundo I, cidade satélite no Distrito Federal. Nos primeiros seis anos de vida, recebia na minha casa, visita de duas garotas, gêmeas. Estas marcaram meu desenvolvimento nas habilidades de linguagem e comunicação, pois gostavam de me ensinar a ler e a escrever, através de brincadeiras. Foi também, aos seis anos que comecei a ser alfabetizada. Apesar de mal saber ler, adorava pegar livrinhos da biblioteca da escola. Aos sete anos, mudei para o Núcleo Bandeirante, cidade vizinha e onde continuo morando até hoje. Fiz novos amigos, novos vizinhos e concluí o Ensino Infantil e Fundamental na rede pública.

Minha mãe relata que das três filhas que tem, eu fui a que teve mais facilidade em aprender a ler. Quando estava na quarta série, minha mãe movida pela certeza que eu passaria no colégio militar, me matriculou em uma classe de reforço especializado. Neste reforço aprendíamos muito além do que era ensinado em sala de aula, recordo-me que enquanto no ensino regular, aprendíamos divisão, ao mesmo tempo, no reforço fazíamos operações matemáticas com x . Contudo, apesar do grande preparo, quando realizei a prova para o colégio militar, não fui aprovada. Achei a prova extremamente difícil, ainda mais para uma criança de dez anos. Apesar da frustração inicial, nem eu ou minha mãe desistimos. Ao lado da minha casa, no Núcleo Bandeirante, fica o La Salle, escola particular de prestígio no DF e na época, estavam ofertando bolsa de estudos. Passei em primeiro lugar e com a bolsa integral estudei lá por sete anos, renovando a bolsa até finalizar o Ensino Médio. Até hoje considero um dos melhores presentes que tive na vida e minha família tem muito orgulho por mim. Ingressei no La Salle em 2011, à primeira vista o sentimento de gratidão prevaleceu, mas preciso admitir que foi um desafio a continuidade dos meus estudos lá. Integrar-me à metodologia não lúdica das atividades, não ter mais hora do “filme”, com doze professores e conteúdos densos. Nesse novo colégio, tive muitas responsabilidades, precisava, com obrigatoriedade, ter as notas acima de oito pontos para manter a bolsa.

Recordo das diversas vezes que voltei para casa aos prantos, devido à dificuldade em manter o padrão exigido pelo colégio particular, mas sempre contei com a ajuda de minha mãe para realizar as atividades. Também recorri aos plantões de dúvidas oferecidos pelos professores, passei anos recorrendo a estes plantões. Foi por meio destes que percebi meu lugar no mundo, estourando minha bolha construída até

então. No ensino médio a preocupação com a entrada no ensino superior passou a existir. Por isso, participava dos programas de estudo do La Salle, como os “viradões”, onde passávamos a noite na escola, estudando e interagindo. Em 2018, apesar dos meus esforços, não consegui ingressar na universidade por meio do Programa de Avaliação Seriado (PAS), e sabendo que meus pais não teriam condições de financiar uma faculdade particular, fui até o GranCursos no Guará-DF, e expliquei a situação para uma das diretoras da instituição, dessa forma e com meu histórico do La Salle ganhei uma bolsa integral no cursinho.

Após estudar no cursinho pré-vestibular, passei para Universidade Paulista, a Unip, para o curso de pedagogia, com bolsa integral. No entanto, na mesma semana, consegui ingressar na Universidade de Brasília na segunda chamada, cancelei minha matrícula na primeira faculdade e comecei minha história acadêmica na UnB. Hoje, entendo que estudar numa faculdade particular seria como uma extensão do meu Ensino Médio. No primeiro semestre, uma professora me perguntou o porquê da escolha de pedagogia, na época havia escolhido apenas para mudar o curso para psicologia, uma vez ingressada na universidade pública. Mas agora, percebo que a pedagogia trouxe uma nova Amanda, uma que acredita que tudo é possível através do estudo e luta, como diz Charles Chaplin: “a persistência é o caminho do êxito”. Nestes quatro anos de graduação, noto a brusca mudança no meu modo de pensar, de me impor, discutir e comunicar.

Em 2019, como Educadora Social Voluntária tive o primeiro contato com uma criança autista, durante um ano acompanhei seu processo de ensino-aprendizagem. Neste período tive de amadurecer e sair da minha zona de conforto, já que estava lidando com uma criança com condições atípicas e a regente da escola não dava muita importância para o desenvolvimento deste aluno, logo, tomei a iniciativa de estudar seus interesses e elaborar propostas pedagógicas. Em 2021, como estagiária na *Avidus School*, enfrentei outro desafio, desta vez o da língua, uma vez que a escola é bilingue e tive que aprender inglês para não perder a oportunidade de trabalhar lá. Nesta mesma escola, acompanhei por mais um ano, outro aluno autista. Em ambos os casos, me esforcei ao máximo para ajudar a construir o conhecimento, desenvolvimento e a estimular a autonomia destes alunos.

Neste mesmo ano, consegui passar no Processo Seletivo para Professor Temporário do Distrito Federal, pedi a outorga antecipada, mas acabei optando por terminar a graduação de forma presencial. Em 2022, prestei o concurso e consegui

entrar no cadastro reserva para professor efetivo de Luziânia-GO e também estou aprovada no concurso da Secretária da Educação do Distrito Federal (SEDF).

Em um contexto geral, não há palavras que expresse a imensa gratidão que tenho por ter entrado nessa renomada universidade, não me arrependo em ter cancelado minha inscrição na universidade particular, quatro anos atrás. A UnB me transformou como pessoa e me deu as maiores oportunidades da minha vida. Sou muito grata pela *Avidus School*, onde fui efetivada e agora continuo aprendendo inglês, mas além disso, estou aprendendo a ser uma pedagoga melhor a cada dia, pois estou com profissionais brilhantes ao redor que sempre me estimulam a crescer, criar metas e nunca desistir dos meus sonhos. Minhas perspectivas profissionais são as melhores possíveis. No curso de pedagogia, conheci minha paixão pela docência e pude analisar de perto em como o conhecimento transforma e liberta. É um curso extremamente humano, totalmente necessário para o desenvolvimento de um indivíduo e para a construção do seu conhecimento. É muito impactante perceber em como um pedagogo tem influência direta no desenvolvimento ontogênico de um ser e em como essa profissão é tão nobre e linda. Almejo ser convocada nesses concursos e me comprometo a dar o melhor que posso na Secretaria de Educação, quero mudar a realidade dos meus alunos e transmitir o máximo de conhecimento possível para eles, pretendo me especializar na Educação Especial e fazer a diferença na vida dessas crianças, não deixando nenhuma delas de lado e muito menos negligenciando suas especificidades, sempre com um olhar sensível para lidar com toda e qualquer situação.

PARTE II - TEMPOS E REFLEXÕES HISTÓRICAS ACERCA DO CONCEITO DE AUTISMO

1. INTRODUÇÃO

Em 2019, tornei-me Educadora Social Voluntária na Escola Classe 03 do Núcleo Bandeirante, foi uma fase de extrema significância na minha jornada acadêmica, haja vista que foi a primeira vez que fiz o acompanhamento pedagógico de um estudante autista do primeiro ano dos anos iniciais durante todo o período letivo. Percebi que o autismo era uma temática a qual que realmente despertava me interesse e resolvi aprofundar no seu contexto histórico para poder entender e atender melhor às demandas desse grupo específico de estudantes como pedagoga.

Em 2021, comecei a fazer o acompanhamento de um outro estudante autista, mas dessa vez em uma instituição particular. A luta por um sistema educacional inclusivo, políticas públicas eficazes que eliminem barreiras para a plena participação dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), precisa levar em consideração suas especificidades para seu processo de ensino-aprendizagem. Essa luta instigou-me a querer estudar mais sobre o tema em questão. A temática de investigação dessa pesquisa se baseia na seguinte pergunta: **Como o conceito de autismo foi se construindo historicamente?**

Para tanto, este trabalho traz uma revisão de literatura que tem como objetivo investigar, à luz das teorias, como o conceito de autismo foi se construindo historicamente. Assim como busca compreender os diferentes processos históricos que culminam no atual diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e, acionar algumas teorias que constituíram de forma histórica e politicamente o conceito autismo.

Nosso ponto de partida é a retomada da história do autismo. Desde o início do século XIX até a atualidade. É notório que o tema é polêmico e que o diagnóstico de autismo tem aumentado na contemporaneidade. É possível apontar que o autismo é tão antigo como a própria história, desde sempre existiram crianças com condutas atípicas ou autistas, crianças que, como o próprio nome grego indica (*autos*), estão escondidas em si mesmas. Ao longo da história, nós passamos por diferentes processos da construção do conceito e diagnóstico do autismo. Nos manuais psiquiátricos que embasam a realização do diagnóstico houve mudanças históricas na classificação e nomeação do conceito de autismo.

Nas últimas décadas, o autismo ganhou diversas formas, passando de sintoma das psicoses infantis para Transtorno do Espectro Autista no DSM-V-R (*American Psychiatric Association*, 2014), ressaltando que o autismo é muito mais comum do que pensávamos anteriormente. Após a leitura dos artigos, colocando em pauta o percurso histórico do autismo que se inicia na virada do século XVIII para o XIX, com a psiquiatria ao utilizar o diagnóstico de “idiotia” para se referir a psicopatologia da infância e adolescência, se referindo também ao retardo mental, psicoses e esquizofrenia infantil é possível compreender a luta para se conquistar os respectivos direitos e o referido termo dado pelo DSM V.

A revisão de literatura que traz os elementos investigativos dessa pesquisa, foi realizada na plataforma CAPES e Scielo, bases de dados de acesso livre e gratuito que reúnem os principais artigos sobre o tema em questão no Brasil e no mundo. Os descritores combinados na busca foram “história *and* autismo”. Foram gerados 112 resultados, no dia 19/5/2023, na plataforma CAPES e 15 resultados na plataforma Scielo. Os critérios utilizados para selecionar os artigos foram: artigos que incluíssem como descritores “história *and* autismo”, artigos escritos em língua portuguesa, e publicados no período de 2013 a 2023. Os artigos repetidos foram excluídos, assim como os que não abordavam a temática histórica de autismo.

Foram encontrados cinco e dois artigos que correspondem ao tema, na CAPES e Scielo, respectivamente, sendo assim, ao todo foram selecionados sete artigos para análise. Após a leitura e o fichamento, os artigos serviram de base para a categorização do processo histórico em tempos e reflexões conceituais dos autores citados. Juntamente com os artigos resultantes da revisão de literatura o trabalho foi cotejado com textos bibliográficos indicados pela orientadora e acionados para problematizar e enriquecer a questão teórica do trabalho.

A estrutura do artigo é apresentada em três tempos. O primeiro apresenta o processo histórico no qual o autismo era visto como sintoma de esquizofrenia. No segundo, contém a discussão do tema, até o ano de 1960, quando o mesmo era considerado como um transtorno pertencente à doença mental, uma patologia emocional causada por uma carência afetiva. No terceiro tempo é ressaltado que, a partir de 1960, o autismo passa a ser considerado um transtorno de desenvolvimento. E, atualmente, vinculado ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e à Neurodiversidade.

2. PRIMEIRO TEMPO: AUTISMO COMO SINTOMA DE ESQUIZOFRENIA

O primeiro movimento histórico em que o autismo foi identificado foi no caso de Victor de Aveyron, no verão de 1798, onde um pré adolescente não oralizado e aparentemente surdo, foi encontrado sem roupas por três caçadores nas florestas do Sul da França, perto de Aveyron (MARFINATI; ABRÃO, 2014).

O selvagem de Aveyron se locomovia muito rápido, emitia somente sons estranhos e grunhidos, andava de quatro para ganhar velocidade e cheirava tudo o que levava às mãos. O garoto em 1800 foi conduzido para o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, onde o renomado psiquiatra da época Phillippe Pinel o avalia. Em novembro de 1800, Pinel escreveu um relatório sobre o garoto em sessão pública da sociedade e o mesmo gerou muita polêmica. No documento, concluiu que não havia esperança no processo de ensino-aprendizagem do selvagem de Aveyron, pois, defendia que o prognóstico era irreversível. O garoto foi direcionado para o médico Jean-Marc-Gaspard Itard, ex aluno de Pinel. (MARFINATI; ABRÃO, 2014)

O caso ocorreu pós Revolução Francesa e a educação estava se tornando um direito de todos. Nesse sentido, o Doutor Itard considerou o caso recuperável e conseguiu o auxílio do governo para educar o garoto em sua casa, junto com sua governanta, dando início a uma série de experimentos focados na mudança do comportamento e na adaptação do menino que o nomeia como Victor. O médico passa a ser obrigado a fazer diversos relatórios sobre o processo de desenvolvimento de Victor, sendo um dos mais importantes de toda a história da psiquiatria, servindo de base para a produção do filme: O garoto Selvagem de 1970. O caso foi de suma importância para a reconstrução do processo histórico que culmina no atual diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista. A partir de então, passou a existir um tratamento contínuo (SANTOS; MACHADO; DOMINGUES, 2020). Itard analisou o caso de Victor como puramente médico, acreditava que o adolescente só parecia ser diferente por não ter sido educado, defendia também que, a condição humana de Victor superava o termo idiota e selvagem.

No decênio de 1820, ainda que com métodos precários, houve o aumento de tentativas de tratamento para os “idiotas e imbecis” termo usado para deficientes mentais na época (PÓSTEL; QUÉTEL, 1987 *apud* MARFINATI; ABRÃO, 2014).

Édouard Séguin era visto como um educador de idiotas, acreditava que o déficit era parcial e, ao contrário de Pinel, defendia o prognóstico como positivo caso fosse utilizado métodos especiais. As ideias de Séguin foram para a América em 1848, e o movimento para educar tal público já estava crescendo. Nesse modelo, o intelectual é ligado ao afetivo, onde há o estímulo à autonomia, imaginário e à arte. Diversas escolas especiais tiveram sua influência e seguiram o seu modelo médico-pedagógico (MARFINATI; ABRÃO, 2014).

Em 1905, foi criada a primeira escala de desenvolvimento da inteligência desenvolvidas por Alfred Binet e pelo médico Théodore Simon, a mesma, de forma quantitativa, mede as aptidões intelectuais e sociais, onde milhares de crianças de diferentes idades foram submetidas a uma bateria de tarefas de complexidade diversa, que serviu de critério para as classes especiais. O nome autismo foi adotado pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, em 1911, para descrever um dos sintomas pertencentes ao diagnóstico da esquizofrenia, o mesmo relatava que o indivíduo com esses sintomas, sofria perda constante no contato com a realidade, tendo o afastamento da sociedade. (MARFINATI; ABRÃO, 2014)

3. SEGUNDO TEMPO: AUTISMO COMO TRANSTORNO PERTENCENTE À DOENÇA MENTAL

O segundo momento histórico, se manifesta somente no final da década de 1880, quando é publicado nas línguas francesa, alemã e inglesa a primeira geração dos tratados da psiquiatria infantil. Para a psicanálise, a construção do autismo como um objeto de estudo se iniciou no século XIX (SANTOS; MACHADO; DOMINGUES, 2020).

Em 1930, O Instituto Psiquiátrico de Nova York J. L analisou 29 casos e descreveu sobre a esquizofrenia infantil. Leo Kanner, psiquiatra infantil de origem austríaca mais renomado do país à época, ao observar as mesmas características as conceitua como autismo infantil precoce. Kanner, ao falar em seu manual sobre o psiquismo infantil, ratifica que a maioria dos psiquiatras da época sabiam muito pouco sobre os estados psicóticos das crianças (KANNER, 1966 *apud* MARFINATI; ABRÃO, 2014). Podendo considerar que, as enfermidades psíquicas da infância não eram atrativas para os psiquiatras.

Donald Triplett¹, foi sem dúvidas, uma figura de extrema importância para o autismo, morava em Forest, pequena cidade do Mississippi (EUA). Donald tinha uma combinação distinta de déficits e talentos. Contudo, esse comportamento que dominava sua personalidade ainda não tinha um nome. Sua mãe, Mary Triplett, da tradicional família Mc Cravey, filha de J.R. MC Cravey, um dos fundadores do *Bank of Forest*, em operação até hoje, acabou fazendo parte da descoberta do autismo e na publicação da primeira descrição internacionalmente reconhecida da síndrome em uma publicação médica.

Mary relatava que seu filho apresentava uma extrema indiferença emocional à sua presença e que era algo muito difícil para ela. Mary, ao investigar o comportamento de Donald, conseguiu observar que o garoto mostrava pouco interesse pelos habitantes do mundo exterior, e nem mesmo os parentes conseguiam interação com ele. Ficava violento quando suas atividades eram interrompidas, era alheio para com as pessoas à sua volta. Com o tempo, Mary foi analisando que a mesmice fazia parte do cotidiano do seu filho, Donald não tolerava as menores alterações em seu ambiente físico, qualquer coisa que estivesse fora do lugar, desencadeava episódios de raiva.

Ainda assim, o garoto apresentava uma ótima capacidade de recordar. Aprendeu, com apenas dois anos, a dominar o alfabeto, e logo aprendeu a recitá-lo invertendo a ordem das letras (DONVAN; ZUCKER, 2017). Entretanto, com quase 4 anos, mesmo estando na idade em que as crianças se mostravam ser mais autossuficientes, ainda não conseguia realizar tarefas simples, como a de se alimentar. Sua mãe ficava ao seu lado em todas as refeições e todas as horas do dia de Mary pertenciam a seu filho. O garoto não apresentava noção de perigo, Mary exercia também a função de anjo da guarda, seguia-o de cômodo a cômodo, exigindo uma quantidade inesgotável de energia, a mesma tentava reverter o que estivesse de errado com o filho. Embora sempre fosse uma conversa unilateral, ela nunca desistia.

Mary aprendeu todos os rituais do filho, estava incansavelmente presente. Mary, seu marido e Donald estavam a caminho da cidade de Sanatorium, no Mississippi. Para o estabelecimento conhecido como *Preventorium*, fundado em 1930. Lá, somente eram acolhidas crianças brancas com idade entre 4 e 11 anos, sob cuidado do estado de Mississippi para residir “sob constante supervisão médica especializada”. Donald foi levado com seis anos de idade (DONVAN; ZUCKER, 2017).

¹ Em memória de Donald Triplett, falecido no dia 15 de junho de 2023.

Sua mãe, escreveu uma carta que confessava que Donald era “irremediavelmente louco”. Destaca-se, que o termo “autismo” ainda não existia (DONVAN; ZUCKER, 2017). Em 1938, a família Triplett solicita avaliação para Donald, filho do casal. Donald foi observado por Leo Kanner e sua equipe médica. A mãe de Donald era a única pessoa no qual o mesmo conseguia manter contato, ela apresentava uma posição ativa e conseguia fazer com que o filho interagisse com ela (BIALER; VOLTOLINI, 2022).

Em 1935, na cidade de Washington, foi realizada uma conferência com pediatras e psiquiatras para pensar em estratégias de trabalho efetivo para com essas crianças. Até 1940 todas as pessoas dentro do quadro eram tratadas como débeis mentais profundo (BRAGA, 2018).

Em 1942, Kanner, enviou uma carta para a mãe de Donald reconhecendo um distúrbio nunca visto antes na literatura psiquiátrica (DONVAN; ZUCKER, 2017). Pelas cartas trocadas entre Mary e Kanner já foi possível identificar a hipótese de existir um distúrbio inato que impedia o contato destas crianças com os outros (BIALER; VOLTOLINI, 2022).

Leo Kanner, no hospital John Hopkins, em Baltimore, realizou as primeiras descobertas acerca do autismo, as quais romperam a ligação estreita mantida, por autores anteriores, com a esquizofrenia. O psiquiatra infantil por meio do acompanhamento de onze crianças, sendo oito meninos e três meninas, obteve um resultado no qual ainda não havia sido estudado pela comunidade acadêmica: a descrição nosográfica do autismo. As crianças manifestavam um desejo de solidão e ausência de mudanças desde a primeira infância e antes não havia denominação para tais comportamentos. Ao analisar os comportamentos sociais e comunicativas, Kanner conseguiu observar a desordem (DONVAN; ZUCKER, 2017).

Nas relações afetivas de qualquer espécie dessas crianças havia perturbações, incapacidade na utilização da linguagem de maneira significativa e desordem profunda na linguagem, além da presença de distúrbios léxicos e sintáticos, como a inversão de pronomes e a ecolalia, ou seja, repetição de palavras ou frases que ouvem, havendo também compreensão apenas no sentido literal das palavras. Se isolavam, e tinham apego excessivo a rotinas e a monotonia (MARFINATI; ABRÃO, 2014)

Kanner observou também que, as crianças tinham maneirismos e estereotípias, dificuldade de lidar com certas mudanças e apresentavam respostas incomuns ao ambiente, e dificuldade em responder certos estímulos. Foi identificado um grande

sofrimento ao ser incomodado, Kanner notou que toda mudança interna ou externa causava um certo desconforto, tendo assim, muita dificuldade em aceitar o novo.

Foi evidenciado que, quando a criança era retirada do seu isolamento e estabilidade, o sentimento de angústia prevalecia. Também foram descritas como muito inteligentes, obsessivas e pouco amorosas (BATISTA; BOSA, 2002 *apud* MARFINATI; ABRÃO, 2014). Kanner as caracterizou com incapacidade, desde o nascimento, de estabelecer contato com o meio (SANTOS; MACHADO; DOMINGUES, 2020). Dessa forma, a síndrome é descrita pelo autor como uma incapacidade inata e apresenta como sintoma traços obsessivos, a estereotipia e a ecolalia (ALMEIDA, NEVES, 2020).

Somente em 1943, houve a transformação acerca do autismo, com as descrições e formulações diagnósticas de Kanner (KANNER, 2012 *apud* BIALER; VOLTOLINI, 2022) foi possível ter um diagnóstico psicopatológico do autismo e a publicação científica do material clínico intitulado *“Autistic Disturbances of affective contact”* (Distúrbios Autistas de contato afetivo) publicado por ele, na qual continha suas primeiras descobertas acerca do termo, primeira descrição do autismo como entidade diagnóstica diferenciada (LOPES, 2020).

Kanner, com a invenção desse quadro diagnóstico do autismo, foi considerado o pai psiquiátrico dessa terminologia, que acreditava que havia uma dificuldade inata que dificultava vínculos afetivos e relações interpessoais e que era uma síndrome muito rara (KANNER, 1943 *apud* LOPES, 2020). Contudo, a definição dada pelo cientista, considerada restrita, ao longo do tempo, sofreu diversas alterações. Kanner, ao ser considerado o pioneiro na caracterização do autismo, ainda hoje é usado como referência de estudo para as definições encontradas nos atuais manuais diagnósticos (ALMEIDA; NEVES, 2020). A partir desses estudos, o autismo como diagnóstico passou a ficar mais frequente. Entre 1940 e 1960 as teorias de base psicanalítica predominaram na explicação do fenômeno. Autismo passou a ser visto como perturbação afetiva desencadeado pelo mau relacionamento entre mãe-filho. As mães de filhos com autismo estavam sendo vistas como “más”, “frias” e “pouco amorosas” (LOPES, 2020).

O pensamento de Kanner era bastante polêmico e corroborava com tais teorias. Afirmava que as formulações psicanalísticas ressaltavam as falhas de maternidade, culpabilizando os pais, com foco nas mães, sendo responsáveis pelo autismo dos filhos. Acreditava que o motivo do comportamento da personalidade da criança autista ser atípico era devido a falta de afetividade da mãe, falta de planejamento dos pais de terem

a criança, logo, a criança sem perceber, se protegia na forma de distanciamento, pois era como se soubesse que não tinha sido desejada.

É importante salientar que, nesse período histórico tínhamos que o autismo era causado por pais não emocionalmente responsivos a seus filhos, a hipótese da “mãe geladeira” (KLIN, 2006, p. 4 *apud* SANTOS; MACHADO; DOMINGUES, 2020), houve uma leitura culpabilizadora dos pais. A grande dedicação que as mães davam aos filhos, era vista como uma ação reativa por culpa e má maternidade anterior que havia originado o distúrbio, havia uma narrativa de inculpação. Muitas marcas foram cravadas disseminando esse pensamento por gerações, que teve impacto direto corroborando para que os pais ficassem ressentidos por se sentirem causadores do autismo, se culpabilizando por terem feito algo errado na criação, por serem frios ou não terem amado o filho suficiente.

Com as influências da psicanálise, até os anos 70 a concepção psicogênica vigora sobre o autismo, sendo-o tratado como um transtorno das fundações do psiquismo infantil, o que desencadeou erroneamente na culpabilização das mães o quadro de seus filhos. De Leo Kanner, até Bruno Bettelheim, Margareth Mahler e Francis Tustin, o autismo era voltado para a culpabilidade dos pais (ORTEGA, 2009) A metáfora “mãe geladeira”, criada pelo próprio Kanner é difundida pelo estudioso Bruno Bettelheim, na década de 1950 (SANTOS; MACHADO; DOMINGUES, 2020) descreve características defeituosas nas mães de autistas que as responsabilizam pelo comportamento atípico de seus filhos.

A metáfora “mãe geladeira” surgiu em 1949, inspirado em um artigo do Leo Kanner, o mesmo foca na investigação nas relações familiares de seus pacientes, relações que considera pouco afetuosas. Cita que as crianças eram mantidas em uma “geladeira que não degela”, indiretamente dizendo que eram pouco amadas (LOPES, 2020). Ruth Sullivan é um grande exemplo de mãe que foi contra a narrativa de inculpação, a mesma tinha sete crianças e somente uma com autismo e relata que o tratamento era o mesmo com todos os filhos.

A partir daí, na mídia começa a ser apresentada uma nova visão sobre o autismo, os pais, agora, passam a ser vistos como heróis que lutam para dar espaço a seus filhos tão diferentes. Bernard Rimland, psiquiatra e psicólogo, após receber o diagnóstico do filho, começou a estudar o tema e questionou a narrativa de inculpação dos pais. Rimland investiga os materiais sobre a metáfora “mãe geladeira”, e defende que, a etiologia está ligada a causas orgânicas e o tratamento estaria diretamente ligado

a questões nutricionais, enfatizando a importância da mudança da alimentação. A hipótese da “mãe geladeira” chegou a ser considerada, pelos detratores da psicanálise, como uma das páginas ocultas da história da psicanálise sobre o autismo (STELZER, 2010 *apud* SANTOS; MACHADO; DOMINGUES, 2020).

Kanner, publica sua tese “A Psicopatia Austística na Infância”, que seria o transtorno severo na interação social, desajeitamento motor e incidência apenas no sexo masculino. (TAMANHA; PERISSINOTO, 2008 *apud* SANTOS; MACHADO; DOMINGUES, 2020) relatam um grupo de pacientes com características parecidas às encontradas por Kanner, porém com talentos peculiares. Mesmo os quadros de Leo Kanner e Hans Asperger sendo semelhantes, no estudo descrito por Asperger, não havia prejuízo significativo na área da cognição. Hans foi surpreendido pela facilidade com que eles discutiam sobre alguns temas, denominando-os como pequenos professores peculiares (NORTE, 2017).

Os “pequenos professores”, por muitas vezes, eram vistos pelos pais ou professores como incríveis e gênios, contudo, mesmo recebendo esses elogios, eram claramente distintos em seu comportamento social, a ponto de parecerem rudes. Hans analisou que grande maioria de seus pacientes ficavam confortáveis com o isolamento social e demonstrava inflexibilidade de rotina diária. Mesmo a linguagem verbal estando muito bem desenvolvida no quesito comunicação, pecava pela insistência ou falta de trato social nas conversas. De uma forma muito precoce, as crianças ficavam alienadas do mundo a seu redor, não respondendo a estímulos externos.

Após ser delineado um objeto de estudo, houve um debate etiológico sobre a natureza do autismo (SANTOS; MACHADO; DOMINGUES, 2020). O autismo só foi visto como patologia diferenciada somente em 1945, pós fim da Segunda Guerra Mundial. Desde os anos 60, o deslocamento está voltado para explicações orgânicas. No mesmo ano, aparecem as primeiras associações de pais de autistas. A *British Society for Autistic Children (Escola Britânica para crianças autistas)*, conhecida atualmente por *The National Autistic Society (Escola Nacional da Sociedade Autista)* (ORTEGA, 2009).

O austríaco Bruno Bettelheim analisa o autismo sob visão freudiana, sendo vista como síndrome de alteração do ego, resultante da rejeição inconsciente dos pais (SANTOS; MACHADO; DOMINGUES, 2020). Bettelheim, em sua obra *A fortaleza vazia*, de 1967, analisa o autismo como uma resposta da criança a um ambiente hostil criado por pais frios e distantes (LOPES, 2020). As ideias de Bettelheim sobre a

inculpabilidade dos pais no desencadeamento do autismo sofreram repercussão, principalmente em países em que a psicanálise era influente, como na França (LEANDRO; LOPES, 2017). Nas explicações psicanalíticas do transtorno, principalmente por parte dos teóricos Leo Kanner e Bruno Bettelheim, o autismo era tomado como algo negativo e ruim, voltado para a culpabilidade dos pais, metáforas como “fortalezas vazias” como tradição psicanalítica para se referir às crianças autistas, remetem uma visão negativa, enfatizando a ideia de déficit, limitação e deficiência (ORTEGA, 2009).

Bettelheim propaga a discussão sobre a hipótese defendida por Kanner de haver relação entre autismo e “culpa materna” (DONVAN; ZUCKER, 2017). O autor obteve reconhecimento dentro e fora do universo acadêmico com a publicação do livro *The Empty Fortress*, no Brasil, intitulado como *A fortaleza vazia*, em 1967. O psicanalista após analisar três casos (Laurie, Marcia e Joy) enfatiza o autismo como uma patologia de ordem emocional, a criança optaria por viver em uma “fortaleza vazia” por não se sentir acolhida e amparada por aqueles que a mesma convivia. “Ao longo deste livro mantenho minha convicção de que, em autismo infantil o agente precipitador é o desejo de um dos pais de que o filho não existisse” (BETTELHEIM 1987, p. 137 *apud* LOPES, 2020). Na história do autismo, podemos observar uma superexposição dos familiares, com destaque para as mães (LOPES, 2020).

Em 1967, com a publicação do livro de Clara Claiborne, *The Siege*, houve um importante marco histórico para o conceito do autismo, pois a obra é considerada uma das primeiras tentativas de mães autistas se expressarem, criticando a metáfora “mãe-geladeira”. Seu livro relata a experiência de Claiborne ao ser mãe de uma menina autista chamada Jéssica, foi um dos primeiros trabalhos elaborado nos Estados Unidos tendo como foco o olhar materno sobre o fenômeno. Em seu livro, Claiborne questiona a associação de autismo e culpa materna, inspirando pais autistas ativistas a combaterem mitos e equívocos. Ao desenvolver o livro, a mesma “leva esperança” para as famílias que apresentam vivências semelhantes e compartilha conhecimento para outras mães ativistas que querem ser ouvidas e suas demandas atendidas (LOPES, 2020). No ano seguinte é criado o segundo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-II), nessa segunda versão do manual, sua classificação prevalece como sintoma de esquizofrenia de tipo infantil. Entre a década de 60 e 70, estudos associavam autismo e retardo mental (ALMEIDA; NEVES, 2020).

No Brasil, eram raros os livros que discutiam sobre a temática do autismo. Autismo e psicose infantil, de autoria de Francis Tustin, traduzido para o português e publicado no Brasil em 1975 e Autismo – década de 80: uma atualização para os que atuam na área – do especialista aos pais, escrito por E. Christian Gauderer (1987) e publicado pela primeira vez em 1985. Era considerado uma “síndrome rara” e um fenômeno desconhecido por especialistas em saúde infantil (LOPES, 2020).

Em 1952 com a criação do manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais o (DSM-I) a história do autismo se inicia e passa a ser referenciado como um tipo de sintoma da reação esquizofrênica (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1952 *apud* ALMEIDA; NEVES, 2020). É importante ressaltar que, até 1960, o autismo foi considerado um transtorno pertencente à doença mental, uma patologia emocional causada por uma carência afetiva. O tratamento preferido era a internação, afastando essas crianças da influência patológica dos pais. Na primeira metade da década de 1960, nos EUA, as explicações estavam diretamente relacionadas às bases psicogênicas (LEANDRO; LOPES, 2017).

4. TERCEIRO TEMPO: AUTISMO COMO TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO

O terceiro tempo pode ser analisado a partir de 1960, onde o autismo passou a ser considerado um transtorno do desenvolvimento, causado por uma anormalidade bioquímica ou neurofisiológica do cérebro. Bernard Rimland, psicólogo e pai de uma criança autista, foi o principal exemplo de resposta familiar ao publicar, em 1964, o livro *Infantile Autism: The Syndrome and Its Implication for a Neural Theory of Behavior*. Na obra, considera o autismo como um distúrbio essencialmente neurológico e analisa o autismo como uma estrutura orgânica e não emocional (LEANDRO; LOPES, 2017). A aproximação das neurociências possibilitou que os pais fossem desresponsabilizados e desimplicados dos destinos subjetivos dos filhos (ORTEGA, 2009). No mesmo ano do lançamento da obra, Rimland funda o Autism Society of America (Sociedade Autista da America).

Em 1965, a obra de Rimland foi fundamental para a criação da National Society for Autistic Children a NSAC (Sociedade Nacional para Crianças Autistas), a mesma foi incentivada pela união de pais de crianças diagnosticadas com autismo, se caracterizou

como um espaço de especialização em autismo e, com uma associação composta por familiares, profissionais, terapeutas e pesquisadores (LEANDRO; LOPES, 2017).

Na Inglaterra, no ano de 1966, ocorreu o primeiro estudo epidemiológico sobre a prevalência do autismo, por Vitor Lotter. Durante esse período um estudo realizado constatou uma prevalência de 4,5 casos a cada 10.000 crianças de 8-10 anos. Outros estudos, também no fim da década de 60, na Europa, apontam para estimativas de um autista para cada 2.500 crianças. Duas décadas depois, no Japão, os dados mostram 15 casos para cada 10.000 crianças (NORTE, 2017). Observando a prevalência global do autismo, foi constatado um aumento de aproximadamente trinta vezes (ALMEIDA; NEVES, 2020).

No ano de 2000, o CDC - *Center of Diseases Control and Prevention* (Centro de Doenças - Controle e Prevenção) criou o *Autism and Developmental Disabilities Monitoring* (ADDM) - Monitoramento do autismo e deficiências de desenvolvimento, uma rede que se ocupa das estimativas e prevalência de TEA nos Estados Unidos, através dessa rede, as estatísticas da doença passaram a ser mais acessíveis. A cada dois anos, desde sua criação, foram realizadas pesquisas periódicas que monitoram os dados epidemiológicos de autismo acompanhando sua evolução (ALMEIDA, NEVES, 2020).

Ainda no ano de 2000, na primeira investigação, havia um autista para cada 150 crianças examinadas (prevalência igual a 0,66%). Em 2002, na segunda pesquisa, o número se manteve. Contudo, a partir de 2004, os números passaram a se tornar consideravelmente maiores, a última estimativa aponta um autista para cada 68 crianças, de 8 a 12 anos de idade de acordo com o *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC, 2014 apud NORTE, 2017) com prevalência igual a 1,47%.

O CDC (2010) divulgou que a prevalência de TEA em 2010 foi duas vezes maior que nos dois primeiros anos da pesquisa, em 2000 e 2002. Na Austrália, os dados foram de 0,40%, no Iraque, 0,1% e os casos na Suécia foram de 0,80%. Mesmo existindo muito estudos de prevalência sobre a desordem, os dados são isolados e discrepantes (NORTE, 2017). É enfatizado nas pesquisas futuras haverá um aumento, projeções apontam que até 2050 os Estados Unidos sofrerão um aumento de 42,7% em menores de 5 anos com TEA, sendo aproximadamente 76.000 crianças. (FOMBONNE, 2003, 2009 apud NORTE, 2017)

Sendo possível concluir que o autismo é muito mais comum do que pensávamos anteriormente ao diagnóstico atual de transtorno do espectro autista. Grande parte dos

estudos sobre prevalência são realizados na Europa e Estados Unidos. Muitos países não apresentam esses dados tão bem documentados, como o Brasil. Com a observação do aumento da prevalência, mais estudiosos passaram a ter o objetivo de determinar o real percentual de pacientes com esse transtorno (NORTE, 2017). Para 2020, estima-se que uma em cada 36 crianças de 8 anos (aproximadamente 4% dos meninos e 1% das meninas) tenha TEA. Essas estimativas são maiores do que as estimativas anteriores da rede ADDM durante 2000-2018 (MAENNER et al., 2021, tradução nossa).

Somente em 1980, pela primeira vez no DSM, a visão sobre o autismo é editada pela Associação Americana de Psiquiatria, o mesmo passou a ser incluído e colocado na classe de Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TIDs). Continuando até a 5ª versão do mesmo manual, lançado em 2013, quando passa a integrar os chamados “Transtornos do neurodesenvolvimento”, sob a rubrica “Transtorno do Espectro Autista”. Atualmente, as características diagnósticas do autismo, segundo o DSM-V são:

Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 31 apud SANTOS; MACHADO; DOMINGUES, 2020).

A definição do autismo se ampliou e ganhou diversas formas, uma vez que ocorreu inúmeras revisões do DSM ao longo do tempo e também o rompimento com a psicanálise, passando de sintoma das psicoses infantis em Transtorno do Espectro Autista (TEA), oficializado com a publicação do DSM-V, (American Psychiatric Association, 2014). Com essa nova nomenclatura, o autismo passou a englobar o Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno de Asperger e Transtorno Invasivo do Desenvolvimento. A partir da publicação do mesmo, se é denominado o termo TEA, onde há dificuldades de comunicação e socialização, e comportamentos estereotipados e interesses restritos, variando do grau leve ao grave. Através da análise comportamental e entrevistas com pais e cuidadores, o diagnóstico de TEA é dado clinicamente com base nos critérios do referido manual (ALMEIDA; NEVES, 2020).

No âmbito audiovisual, o filme “Meu filho, meu mundo” lançado em 1979, retrata a história de uma família cujo filho caçula é diagnosticado como autista e chamou muito a atenção de pais de filhos autistas. Há vários relatos de pais que mesmo indo em busca

de meios ditos especializados só conseguiram o diagnóstico de autismo após assistirem ao filme (LEANDRO; LOPES, 2017). O filme foi considerado um excelente material de apoio uma vez que exemplificava sintomas e estereotípias do autismo.

Nas décadas de 1970 e 1980, através dos relatos maternos, é possível analisar as dificuldades encontradas pelas mães para obterem o diagnóstico, pois o diagnóstico de autismo era um contexto em que pouquíssimos profissionais conheciam o assunto. Os raros que tinham o conhecimento, defendiam a ideia que associava o autismo à má maternidade (LEANDRO; LOPES, 2017). Havia ausência de serviços e profissionais, principalmente nas áreas da saúde e da educação, por consequência, gerando impacto em muitas famílias. Entre essas décadas, as crianças estavam expostas a uma grande vulnerabilidade. Muitos estabelecimentos não aceitavam as crianças com deficiência e as famílias precisavam matricular seus filhos em instituições incapacitadas para às necessidades das crianças autistas e por muitas vezes, as mesmas eram expostas a situações que poderiam ser consideradas maus-tratos (LOPES, 2020).

Somente na década de 1980 acontece uma revolução no conceito de autismo ao longo da história, saindo do status de psicose no DSM-III, no DSM-III-R e também na CID-10. Neste ano, houve a inclusão do autismo nos transtornos abrangentes do desenvolvimento, tendo a separação do grupo das psicoses infantis, na terceira edição do DSM-III.

No DSM III, o autismo vem como entidade nosográfica, ou seja, como um quadro diagnóstico com características, com possíveis situações de causas e diversas outras condições e ganha o nome de Transtorno global do desenvolvimento. Na mesma década, a neurociência vai ganhando popularidade no mundo e os estudiosos começam a observar outras condições associadas ao autismo e não mais a relação familiar ou a questões de ordens diversas (BRAGA, 2018).

No Brasil, o autismo como mobilização política surgiu somente na década de 80, nesse período surgiram as primeiras associações de mães e pais de autistas em defesa da causa (CAVALCANTE, 2003; LEANDRO & LOPES, 2018; LOPES 2019 *apud* LOPES, 2020). Visto que essa década foi marcada pela importância do ativismo coletivo, como exemplo de associações podemos citar: a Associação de Amigos do Autista (AMA), criada em 8 de agosto de 1983, em São Paulo; a Associação de Pais de Autistas do Rio de Janeiro (APARJ), oficialmente fundada em 17 de julho de 1985 e a Associação Terapêutica e Educacional para Crianças Autistas (ASTECA).

A década de 80 foi importante no país pela criação das primeiras AMAS em São Paulo, também foi um marco significativo para uma reflexão histórica sobre o início do engajamento da família para um melhor conhecimento da questão do filho autista. Já Castela afirma que, neste período, o conceito de autismo foi ampliado e contribuiu para que deixasse de ser visto como uma doença, passando a ser considerado uma síndrome. Deixou de ser visto como um distúrbio afetivo e passou a ser considerado como um distúrbio do desenvolvimento (LEANDRO; LOPES, 2017).

A psiquiatra Dra. Lorna Wing, em 1981 populariza a síndrome de Asperger e cria a Tríade de Wing, sendo caracterizada como dificuldade de fala, comunicação, interação social e questões de ordem estereotipadas (BRAGA, 2018). Em 1983, com a construção da Associação de Mães de Autistas (AMA). Essa associação ficou vista como “a primeira ‘cara’ do autismo” voltada ao ativismo político sobre o tema no país. Essas associações tinham por objetivo amparar os familiares, divulgar, compartilhar e produzir informações sobre o tema, além de cobrar ações efetivas do Estado. No âmbito nacional, é criado, no mesmo ano, a Associação Brasileira de Autismo, conhecido como ABRA (LOPES, 2020). Em 1987 O autismo passa a ser visto como um transtorno autístico e desaparece da condição associada a esquizofrenia, não podendo mais ser confundido (BRAGA, 2018).

Entre as décadas de 1988 a 2000 são criados dispositivos legais, tais como: a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990), nos quais passa-se a garantir o *status* de cidadão e de sujeito de direito para a pessoa autista. Ainda em 1994 na quarta edição do manual diagnóstico e estatístico de Transtornos Mentais, o autismo se mantém como TOD ou Sub-tipos como a síndrome de Rett, síndrome de Asperger e Transtorno desintegrativo da infância, somando diversos subtipos para a condição do autismo (BRAGA, 2018). O DSM IV (2002) esclarece que pelo menos um dos diferentes campos do desenvolvimento é prejudicado podendo ser: interação social e comunicação, sendo manifestado antes dos três anos de idades. É observado que a faixa moderada é onde se tem a maioria dos casos. O DSM-IV também analisa que dentro dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TIDs), tirando o Transtorno Autista, podemos incluir o Transtorno de Rett, o Transtorno Desintegrativo da Infância e o Transtorno de Asperger. A separação do autismo do grupo das psicoses infantis e sua inclusão nos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento permitiu excluir a hipótese

de uma psicogênese e, conseqüentemente, tirar a culpabilização de pais e mães da causa do transtorno do filho (ORTEGA, 2008 *apud* ALMEIDA; NEVES, 2020).

A partir do paradigma cerebral e cognitivo foi estabelecido um outro posicionamento na compreensão do conceito de autismo ao longo da história. Seu *locus* passou a ser na deficiência, uma vez que houve o rompimento com as concepções psicanalíticas e agora as discussões estavam voltadas para o estatuto orgânico. Como foi comprovado que os pais não possuem implicação na gênese do autismo dos filhos, os mesmos começaram a se reunir em associações que lutam pelos direitos desses indivíduos. Essa luta ocorre no campo da deficiência, lugar de assistência que o autismo ocupou historicamente no país (ALMEIDA; NEVES, 2020).

Nos últimos quinze anos, a noção de Transtorno Invasivo do Desenvolvimento substituiu a noção de psicose infantil, com um foco crescente no autismo. Atualmente, todos esses transtornos, exceto a síndrome de Rett, foram fundidos em um único denominado TEA (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013 *apud* ALMEIDA; NEVES, 2020).

É necessário problematizar a inclusão do autismo como deficiência, pois assim, a criança que recebe o diagnóstico tem direito ao benefício assistencial da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), esta que, garante um salário mínimo mensal à pessoa que tenha idade acima de 65 anos ou que apresente alguma deficiência que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade. Para ter acesso ao benefício, é preciso que a renda por membro familiar seja inferior a um quarto do salário mínimo vigente. Diante da instabilidade na convivência com o parente, esse benefício pode se tornar uma grande ajuda na família.

Ao que se refere a etiologia da desordem, é possível constatar que a mesma se dá através de bases multifatoriais. No contexto contemporâneo, não existe mais argumento para se pensar em apenas uma causa capaz de originar tamanha variabilidade encontrada no TEA. Levando em consideração que o TEA apresenta diferentes fenótipos e é envolvido com diferentes funções cerebrais, é necessário ser compreendido em diferentes níveis: biológicos, químicos, psicológicos, entre outros. É interessante analisar que algumas síndromes genéticas são fatores de risco para o autismo, como também o uso de medicações durante a gestação, como valproato de sódio, misoprostol e talidomida (NORTE, 2017)

Na construção do conceito de autismo ao longo da história, poucos são os autores que abordam o engajamento de mães e pais de autistas no Brasil. Destaca-se que, a

experiência de paternagem e maternagem se transforma em um ato político ao serem pais ativistas (LEANDRO; LOPES, 2017). Estes pais, sentiram a necessidade de divulgar o tema do autismo para transparecer a insatisfação pela dificuldade encontrada em obter o diagnóstico mais preciso para o filho e também pela ausência de instituições especializadas para a assistência dos mesmos.

Por meio do ativismo e da luta política foi possível uma transformação que visasse construir e garantir direitos básicos e políticas públicas voltados aos autistas (LOPES, 2020). Nesse momento, mães e pais ativistas começaram a usar a mídia para expor suas experiências e percepções acerca do termo e cobrar do Estado políticas públicas eficazes voltadas para esse público em específico, tendo como principais reivindicações: a capacitação dos profissionais, principalmente os médicos, críticas a ausência de instituições capacitadas no atendimento desse público e ao preconceito vivenciado pelos autistas e por seus familiares. Mães e pais de autistas foram de suma importância para o questionamento das explicações psicogênicas sobre o autismo (LOPES, 2020). Os relatos familiares foram de suma importância para a constituição do conceito de autismo ao longo da história, e para a sua construção como um objeto de estudo acadêmico. Os relatos são usados como base pelos pesquisadores para construir, analisar e propor formas de intervenção e tratamento para o fenômeno.

No início do século XXI, temos o surgimento do termo e do movimento “neurodiversidade”, o qual surge como resistência às concepções psicanalíticas e biológicas que explicavam o transtorno autista. A neurodiversidade surge na esteira do Modelo Social da Deficiência e é ratificada pelos movimentos das pessoas autistas (ORTEGA, 2009). O movimento da neurodiversidade rejeita as explicações psicológicas negativistas e culpabilizantes, afirmando um autismo cerebral, na base de uma identidade autista vivenciada com orgulho. A neurodiversidade salienta que a “conexão neurológica” atípica (ou neurodivergente) não é uma doença a ser tratada. É uma diferença humana que precisa ser respeitada como outras diferenças (sexuais, raciais, entre outras). São “neurologicamente diferentes” ou “neurotípicos”. O autismo não é visto como uma doença, mas parte constitutiva do que são.

Os defensores da neurodiversidade salientam que curar um neurotípico seria o mesmo que curar um indivíduo gay, negro, canhoto. Quando se assume o autismo como diferença, liberta os indivíduos da necessidade de cura. Na internet, estão aumentando o número de páginas que ressaltam sobre a “cultura autista” e a “neurodiversidade”. No Google, temos muitos sites que afirmam a identidade autista. O movimento promove a

conscientização da cultura autista, que inclui a comemoração do “dia do orgulho autista” (*Autistic pride day*), inspirado pelo dia do orgulho LGBTQIA+ é celebrado no dia 18 de junho como celebração da neurodiversidade dos autistas. O principal evento mundial do “dia do orgulho autista” em 2005 foi realizado em Brasília. O modelo educativo baseado na neurodiversidade, tem profundo respeito pela diferença de cada criança, onde as qualidades são maximizadas e os defeitos minimizados, o modelo da neurodiversidade força uma mudança no sistema educativo (ORTEGA, 2009).

Outro marco na história que contribuiu de maneira significativa no conceito de autismo e na cidadania da pessoa autista foi com a aprovação da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana. Para fins legais, reconheceu legalmente os autistas como pessoas com deficiência, garantindo e assegurando direitos que antes não eram reconhecidos, tais como: acesso à educação e ao ensino profissionalizante; mercado de trabalho; à previdência e assistência social; e acesso a serviços de saúde, direito ao atendimento multiprofissional, à terapia nutricional e a medicamentos. É de se saber que a sanção da lei é resultado de uma longa jornada, os direitos para os autistas no Brasil estão diretamente relacionados ao engajamento de seus familiares a partir da década de 1980 (LEANDRO; LOPES, 2017). Temos também a Lei Brasileira de Inclusão – Lei Nº 13.146, de 2015 criada como uma maneira de validar os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, documento assinado pelo Brasil na Convenção Internacional da ONU, em 2006.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as reflexões históricas, os resultados decorrentes da análise e compilação dos sete artigos encontrados na revisão de literatura, encerram dois movimentos metodológicos do texto. O primeiro foi a revisão de literatura nas duas plataformas, CAPES e SCIELO, e o outro movimento foi a investigação realizada juntamente com os textos organizados, o que gerou a problematização histórica dos três tempos do texto. O resultado mais impactante foi a possibilidade de categorizar o processo de construção histórica do conceito de autismo em três tempos históricos.

Com os sendo artigos resultantes da revisão de literatura mais os artigos lidos e fichados para a realização da problematização da temática histórica do autismo foram

possíveis compreender em três tempos diferentes. A partir do resultado encontrado na revisão de literatura e depois de enriquecer o movimento de análise dos artigos encontrados na revisão de literatura com os textos lidos e analisados ao longo do trabalho. É possível foi possível investigar à luz das teorias como o conceito de autismo foi sendo construído ao longo da história. Percebe-se ao longo do processo de escrita, estudo e investigação que os processos históricos levaram ao diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista aumentando e alargando o diagnóstico. Não é que tenhamos um aumento numérico de autismo, o que temos é um aumento de diagnósticos considerando que temos um transtorno e não só o autismo como doença, hoje o mesmo é considerado uma neurodiversidade dentro do Trastorno do Espectro Autista, tendo os níveis de suporte um, dois, três e assim por diante hoje, não temos mais somente um autismo, com a nova possibilidade da neurodiversidade e da forma como os manuais têm se referido ao transtorno, nos referimos como autismos.

Os pais de crianças com TEA precisam entender que há muitas coisas que podem ser revertidas e que o tratamento precoce é a melhor abordagem. Nesse contexto, conseguimos compreender as diferentes maneiras de lidar com a diferença e na importância de saber conviver com o outro na sua alteridade (BIALER; VOLTOLINI, 2012). Para quem sofre dos sintomas, o mundo autístico é tão verdadeiro como o mundo real, ainda que, por vezes, uma outra realidade (BLEULER, 1911 *apud* MARFINATI; ABRÃO, 2014).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maíra Lopes; NEVES, Anamaria Silva. A Popularização Diagnóstica do Autismo: uma Falsa Epidemia?. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 40, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003180896>. Acesso em: 31 maio 2023.
- BIALER, M.; VOLTOLINI, R. Autismo: História de um quadro e o quadro de uma história. **Psicologia em Estudo**, v. 27, 13 dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v27i0.45865>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- BRAGA, Wilson Candido. **Autismo: Azul e de todas as cores**: Guia básico para pais e profissionais. São Paulo: Paulinas, 2018. ISBN 9788535643930.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 30 maio 2023.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e da outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 15 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12.764.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.
- DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia**: a história do autismo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- LEANDRO, José Augusto; LOPES, Bruna Alves. Cartas de mães e pais de autistas ao Jornal do Brasil na década de 1980. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [s. l.], v. 22, n. 64, p. 153-163, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622016.0140>. Acesso em: 30 maio 2023.
- LOPES, Bruna Alves. Autismo, Narrativas Maternas e Ativismo dos Anos 1970 a 20081. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 511-526, jul. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0169>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- MARFINATI, A. C.; ABRÃO, J. L. F. Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo. **Estilos da Clínica**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 244-262, 2014. DOI: 10.11606/issn.1981-1624.v19i2p244-262. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/83866>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- MAENNER, Matthew J.; SHAW, Kelly A.; BAKIAN, Amanda V. *et al.* Prevalence and Characteristics of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2018. **Morbidity and Mortality Weekly Report**, [s. l.], v. 70, n. 11, p. 1-16, 2021. DOI <http://dx.doi.org/10.15585/mmwr.ss7011a1>. Disponível em:

<https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/70/ss/pdfs/ss7011a1-H.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

NORTE, Douglas Mollerke. **PREVALÊNCIA MUNDIAL DO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: REVISÃO SISTEMÁTICA E METANÁLISE**. 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de Medicina, Porto Alegre, 2017.

ORTEGA, F. Deficiência, autismo e neurodiversidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 67–77, jan. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CPcMbsxxyfF3CXSLwTcprwC/?lang=pt#>. Acesso em: 25 maio 2023. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100012>.

SANTOS, J.; MACHADO, L. V.; DOMINGUES, E. Um olhar psicanalítico acerca do autismo: revisão bibliográfica. **Estilos da Clínica**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 322-338, 2020. DOI: 10.11606/issn.1981-1624.v25i2p322-338. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/160616>. Acesso em: 4 jul. 2023.